

## AGENDA POLÍTICA SEMANAL

**QUAL O CLIMA DA PRÓXIMA SEMANA?****Equipe Warren Rena**  
Análise Política

As atividades no Congresso vão ser retomadas nesta segunda-feira (5).

Os parlamentares voltam para Brasília em meio a um clima de insatisfação com a falta de pagamento, por parte do governo, das promessas feitas no apagar das luzes de 2023. Compromissos que foram negociados no bojo das discussões e votações da agenda econômica.

Em meio ao descontentamento, os congressistas desembarcam tendo pela frente uma pauta carregada de temas controversos como grande potencial de impacto no campo fiscal.

Neste relatório você encontra o histórico e o nosso view sobre os principais temas que irão permear as discussões entre Executivo e Legislativo, nestas próximas semanas por aqui.

Ficamos à disposição para sanar possíveis dúvidas.

Boa leitura e bons negócios.

Equipe de Análise Política.

**SAIBA MAIS****Principais temas.**

- MP da Reoneração.
- Vetos do PLDO e PLOA 2024.
- Revisão da meta fiscal.
- Reforma Tributária do Consumo.
- Reforma Tributária da Renda.
- Reforma Administrativa.
- MP do Câmbio.

**Termômetro Análise Política.****Agenda da Semana.**



Para ficar atualizado, resumo dos principais fatos políticos da última semana.



## Governo fecha brecha para acabar com excessos na emissão de títulos isentos de IR

Fonte. Folha de S.Paulo.

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decidiu fechar brechas que permitiam a emissão indiscriminada de cinco títulos de renda fixa com isenção do Imposto de Renda —investimentos que têm um estoque hoje de R\$ 1,2 trilhão no mercado brasileiro.

Os títulos alcançam as chamadas LCA, LCI, CRA, CRI e LIG, papéis que têm como base operações no setor imobiliário e no agronegócio.

As medidas, aprovadas pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) na noite desta quinta-feira (1º), restringem o rol do que pode ser utilizado pelos bancos e pelas empresas como lastro (operações ou ativos que servem de garantia) para eles emitirem esses títulos.



## Tebet indica que governo pode enviar até Carnaval projeto para repor verbas de emendas

Fonte. Folha de S.Paulo.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou nesta quinta-feira (1º) que é "provável" que o governo federal encaminhe ao Congresso Nacional perto do Carnaval um PLN (Projeto de Lei do Congresso Nacional) para repor o corte de emendas de comissão.

Ao sancionar o Orçamento, no mês passado, o presidente Lula (PT) havia promovido um veto de R\$ 5,6 bilhões às emendas de comissão dos parlamentares. A medida provocou uma grande reação no Congresso.



## Governo vai à AGU para atacar precatórios na origem e evitar 'chuva de meteoros'

Fonte. Estadão.

O governo colocou em curso um plano de ação para tentar deter a "bola de neve" dos precatórios, que representam custos bilionários exponenciais aos cofres públicos.

O Ministério do Planejamento e Orçamento vai enviar à Advocacia-Geral da União (AGU), nos próximos dias, um levantamento sobre as principais causas dessas dívidas judiciais. O objetivo é atuar de forma preventiva, atacar o problema na origem e evitar a formação desse passivo anos à frente, a custos muito mais elevados.



### • Medida Provisória da Reoneração.

Nas recentes conversas que realizamos com representantes da área econômica ficou claro que a MP 1202 é o principal item da pauta fiscal deste primeiro semestre para o governo.

Ao contrário de muitas manchetes, no nosso entendimento, a publicação da proposta no apagar das luzes de 2023 (29 de dezembro) não teve como objetivo afrontar o Congresso. **Foi simplesmente um ato de coerência da equipe econômica.** Foi uma decisão que seguiu na linha do que foi construído ao longo do primeiro do ano do Lula 3, no que se refere à agenda econômica. Detalhe. Foi uma agenda que saiu do papel em conjunto com o próprio Congresso que aprovou o Marco Fiscal; as mudanças nas regras do Carf; a taxação das offshores e dos fundos exclusivos; a taxação das Bets; a MP das Subvenções; a Reforma Tributária e o **PLDO com meta de déficit zero.**

A questão é que o mesmo Congresso deixou pendurado R\$ 16 bilhões fora do Orçamento de 2024, com a aprovação da desoneração dos setores e municípios.

À luz das contradições de Brasília, o governo terá uma missão hercúlea para manter a MP da forma como encaminhou para o Congresso. Dentro desse contexto confira quais são os nossos cenários, no dia de hoje.

- 1) Consideramos como **pouco provável** a possibilidade de o presidente do Senado devolver a MP.
- 2) Consideramos como **indefinida** a possibilidade de o governo encaminhar uma nova MP revogando os trechos que tratam da reoneração.
- 3) Consideramos como **indefinido** um acordo para a extinção do Perse.
- 4) Consideramos como **provável** o avançar do limite da compensação de crédito tributário.

Caso não haja acordo entre Executivo e Legislativo sobre a reoneração.

- 1) Consideramos como **provável** a judicialização e a tomada de medidas impopulares no campo da arrecadação.

### Ambiente carregado.

Não podemos esquecer que toda essa discussão ocorrerá dentro de um ambiente carregado e de grande tensão política. Identificamos, nessas últimas semanas, que há um forte descontentamento por parte de lideranças partidárias das duas Casas, em relação ao não pagamento do que foi prometido, pelo governo, nas negociações das propostas da agenda econômica.

Somado a isso, também teremos em paralelo à discussão da MP, um duro embate entre Executivo e Legislativo no que se refere aos vetos realizados no PLDO e PLOA de 2024. Tema do nosso próximo item.



- **Vetos do PLDO e do PLOA 2024.**

O protagonismo do Congresso frente ao Executivo não nasceu agora no Lula 3 nem no último governo Bolsonaro. Se olharmos para a história política vamos perceber que desde 2013, temos visto os parlamentares avançando naquilo que é peça-chave do atual empoderamento congressional: o Orçamento.

Os mais antigos vão lembrar que há 11 anos o deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB) se lançou para presidente da Câmara, tendo como principal bandeira de campanha o “Orçamento Impositivo”, a impositividade das emendas individuais. Na época, estávamos no final do Dilma 1. O clima dentro do Congresso já não era dos mais amistosos para a então presidente. O primeiro movimento foi colocar no PLDO de 2014 um dispositivo que previa a execução obrigatória das emendas parlamentares individuais, até o montante da 1,2% da Receita Corrente Líquida, arrecadada no ano anterior. O relator da proposta era o deputado Danilo Forte, o mesmo do PLDO de 2024, vetado por Lula.

Para não precisar ter que discutir e votar a nova regra todo ano, no âmbito do PLDO, o Congresso partiu para a votação de uma PEC. Henrique Eduardo Alves aprovou na Câmara, mas em razão de a proposta ter se arrastado no Senado, a PEC retornou para a Câmara apenas em 2015, sob a batuta do novo presidente Eduardo Cunha (PMDB). Ela foi aprovada nos primeiros 20 dias de mandato de Cunha.

A partir daí, o Executivo passou a ser obrigado a executar as emendas parlamentares individuais até o montante da 1,2% da Receita Corrente Líquida. Em uma negociação dura, o governo conseguiu que desse montante, pelo menos 50% devem ser alocados em ações e serviços públicos de saúde.

Ainda em 2015, em meio ao processo de crise do governo Dilma, o Congresso avançou mais uma trincheira. Colocou no PLDO de 2016 a impositividade das emendas de bancada. Três anos depois, já no primeiro ano do governo Bolsonaro, os parlamentares cravaram tal prerrogativa na Constituição.

Também em 2019, surgiram as transferências especiais, conhecidas como “Emendas Pix”. No ano seguinte, os congressistas foram ainda mais longe criando o “Orçamento Secreto”. Por meio dele eram transferidos recursos sem que houvesse a identificação dos parlamentares. A obscuridade com o uso do dinheiro público era tamanha que precisou o Supremo Tribunal Federal intervir. Em 2022, o STF acabou com a farra. Mas os congressistas não deixaram por menos e na mesma época da decisão do Supremo aprovaram uma nova PEC ampliando para 2% da RCL o montante das emendas impositivas individuais.

Trazemos todo esse contexto histórico para mostrar o apetite que vem permeando as decisões dos congressistas nessa última década, quando o assunto é o Orçamento da União.



As últimas investidas ocorreram no PLDO de 2024. Nele foi inserido um calendário para o governo executar as emendas impositivas (individuais e de bancada) e uma regra que permite a redução do teto do contingenciamento no Orçamento.

Já na PLOA, os congressistas destinaram 16,6 bilhões para as emendas de comissão. Parte desse recurso, no passado recente, era destinado para o Orçamento Secreto. Ou seja, os congressistas querem de volta o que perderam após a decisão do STF.

Lula vetou o calendário e reduziu de R\$ 16,6 bilhões para R\$ 11 bilhões as emendas de comissões.

Manter os vetos será um debate extremamente difícil para o governo e a **discussão poderá inclusive contaminar a agenda econômica de Haddad.**

**Nosso cenário base.** Manutenção dos vetos: Indefinido.

- **Revisão da meta fiscal.**

Em meio aos inúmeros desafios no início do segundo ano do governo Lula 3, a decisão sobre uma revisão da meta fiscal é um dos temas centrais. Para alterar o déficit, será necessário o envio ao Congresso de um projeto para alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A decisão cabe ao presidente da República.

Em conversas recentes com o nosso time, representantes do ministério da Fazenda voltaram a bater na tecla de que não pretendem mudar a meta e que se necessário tomarão medidas impopulares como reajustes de alguns tributos. Essa decisão, no entanto, não se restringe ao integrantes da Fazenda e deve rachar o governo.

Nesse último mês de janeiro, um novo ingrediente foi inserido no debate. Um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) foi publicado prevendo um déficit de até R\$ 55,3 bilhões e descumprimento da meta, em 2024. Segundo o relatório do órgão de controle, a receita considerada pela equipe econômica está “superestimada”. O TCU também foi acionado na última semana para avaliar a “gambirra” feita no PLDO que pode reduzir o volume de um possível contingenciamento para R\$ 23 bilhões. Ainda não há uma data para o Tribunal se pronunciar.



O fato é que o jogo vai ser pesado e o que está em questão não é apenas a mudança da meta, mas a credibilidade da atual agenda econômica e do ministro da Fazenda. **Não descartamos a possibilidade de uma decisão vir apenas no segundo relatório de Receitas e Despesas, previsto para maio.** Uma das justificativas que pode ser apresentada pelo governo é a falta de dados consolidados em março. O fato de estar havendo paralizações dos servidores da Receita Federal pode corroborar para esse **cenário de adiamento**. É válido destacar que a greve não atinge apenas os auditores. Também estão nas negociações representantes dos analistas tributários. Uma postergação daria ao ministro Haddad um breve respiro no calendário para tentar avançar com temas que também impactam a meta como a MP da Reoneração.

**Nosso cenário base.** Atingimento da meta de déficit primário: Pouco Provável. Mudança da meta: Indefinido com viés para Provável.

- **Reforma tributária.**

No primeiro semestre do ano, a equipe econômica do governo deve apresentar os projetos de lei que irão regulamentar a reforma tributária aprovada em 2023. A expectativa é que nos próximos 60 dias sejam elaborados, pelo menos, três projetos de lei complementares para regulamentar as novas regras.

Um dos projetos deve estabelecer os critérios do Imposto sobre os Bens e Serviços (IBS), de responsabilidade dos Estados e municípios, e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a cargo do governo federal.

A outra proposta vai tratar da criação do comitê gestor, que vai ser composto por representantes dos Estados e municípios para gerir o IBS. E terceiro projeto vai tratar sobre imposto seletivo.

**Nosso cenário base:** Aprovação Indefinida para os três projetos.

Foram montados 19 grupos de trabalho com Estados e municípios, para a elaboração desses projetos de lei e discutir temas específicos.



A avaliação do governo, contudo, é que a regulamentação deve ser enviada ao Congresso Nacional em blocos e ser concluída até o recesso parlamentar em julho e antes do início oficial das eleições municipais deste ano.

- **Bloco Bernard Appy.**

O secretário extraordinário de Reforma Tributária, Bernard Appy, tem sinalizados as novidades que devem ocorrer na regulamentação. Segundo Appy, o governo estuda propor que a população de baixa renda tenha acesso ao cashback nas contas de água e esgoto, com a devolução de valores gastos com a tributação. A emenda constitucional aprovada no Congresso prevê a devolução dos tributos incidentes sobre as contas de energia elétrica e gás de cozinha.

A expectativa do secretário é que as primeiras versões dos três projetos sejam apresentadas até o final de março. Além disso, é aguardada a apresentação da alíquota de referência. Ao fim da aprovação da reforma, a Fazenda sinalizava uma alíquota base de 27%, apesar do aumento de exceções inseridas no Senado.

O secretário afirma, agora, que o governo tem cálculos precisos sobre o nível projetado para a nova alíquota, mas que só serão tornados públicos para a negociação com o Congresso. Há possibilidade de uma alíquota menor ser apresentada.

- **Reforma Tributária da renda.**

A possibilidade de uma revisão da tabela do Imposto de Renda passou a fazer parte dos discursos do presidente Lula e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nestas últimas semanas. As declarações públicas dos dois neste sentido vem no bojo do aumento do salário mínimo para R\$ 1.412. O reajuste representa um aumento de 7,7%, ou R\$ 101 a mais, do que o valor vigente até o fim do ano passado, de R\$ 1.320.



A ideia de Lula é isentar quem ganha até dois salários mínimos. Nem o presidente nem Haddad estabeleceram uma data para mudança. Também não foi apontada uma fonte de compensação.

Em relação a outras medidas como a tributação de lucros ou dividendos ela também ficará em segundo plano por ora.

Em conversas recentes com representantes da equipe econômica nos foi informado que a ideia inicial é ter uma estabilidade fiscal nestes próximos meses e avançar com a reforma tributária do consumo.

- **Reforma administrativa.**

Apresentada pelo extinto Ministério da Economia, a Proposta de Emenda à Constituição, PEC 32/2020, trata sobre a Reforma Administrativa. O texto, basicamente, muda as regras para os novos servidores públicos. Entre as mudanças está a limitação da estabilidade no emprego para algumas carreiras, proibição de aposentadoria compulsória como punição, parcerias com entes privados, previdência dos servidores, entre outros temas.

Defensor da proposta, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) tem afirmado que essa é a próxima reforma a qual o parlamento e o governo precisam debater. O governo, no entanto, discorda do conteúdo da PEC e tem se mobilizado para apresentar uma alternativa.

Dentro desse contexto, o ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, está preparando um pacote de medidas para substituir a PEC 32. A ideia é apresentar um pacote com três eixos. Uma das possibilidades aventadas é que as mudanças ocorram por projeto de lei.

Além de uma proposta alternativa à PEC 32, tanto a ministra Esther Dweck, do Ministério da Gestão, quanto Fernando Haddad, Fazenda, têm sugerido à retomada do projeto de lei dos super salários (PL 6.726/2016).



O texto regulamenta tipos de pagamentos que podem ficar fora do teto do funcionalismo público (atualmente R\$ 39,3 mil).

Essa proposta para avançar precisaria, no entanto, de um acordo e entendimento entre a cúpula dos Três Poderes, algo que não está no nosso radar hoje.

As discussões sobre a Reforma Administrativa devem ganhar mais força no âmbito do debate sobre uma possível modificação da meta de déficit primário. A cobrança por ajustes no campo da despesa deve ganhar voz dentro do Congresso.

**Nosso cenário base.** Votação da PEC 32: Indefinida com viés para pouco provável.

- **Controle sobre a volatilidade do dólar.**

O ministro Fernando Haddad disse em entrevista ao O Globo, em 2 de janeiro, que está sendo formulado uma mudança na política cambial do país. A medida, segundo ele, está em estudo pelo secretário de Tesouro Nacional, Rogério Ceron, e o diretor do Banco Central, Gabriel Galípolo. Ele não deu nenhuma data para tirar a proposta do papel.

A ideia, no entanto, seria criar um mecanismo para controlar a volatilidade do dólar, com objetivo de evitar grandes oscilações para cima ou para baixo da moeda americana.

Haddad, garantiu que não será criada uma cotação artificial. O instrumento do Tesouro pretender atrair investimentos externos, em uma espécie de *hedge* cambial, associado a projetos de transformação ecológica.



Acompanhe o mapa de temas políticos em discussão e nossa visão sobre o andamento e probabilidade de cada um deles.



### POUCO PROVÁVEL.

- Atingimento da meta de déficit primário.
- Devolução da MP da Reoneração por parte do presidente do Senado.
- Avanço da Reforma Administrativa no Congresso Nacional.
- Andamento do novo Marco dos Planos de Saúde na Câmara.
- Aprovação do Projeto que prevê a repatriação de bens do exterior, na Câmara.



### INDEFINIDO.

- Mudança da meta: Indefinido com viés para Provável.
- Envio por parte do governo de uma nova MP revogando os trechos que tratam da reoneração.
- Acordo para a extinção do Perse.
- Manutenção do veto do PLDO. Calendário de execução de emendas.
- Manutenção do veto do PLOA. Corte de R\$ 5,6 bi das emendas de comissão.
- Projetos de Lei Complementar da Reforma Tributária do Consumo.
- Taxação de Lucros e Dividendos. Indefinido com viés para Pouco Provável.
- PEC da autônômica financeira do Banco Central.



### PROVÁVEL.

- Avanço do limite da compensação de crédito tributário previsto na MP da Reoneração.
- Judicialização e a tomada de medidas impopulares no campo da arrecadação, caso não haja acordo entre Executivo e Legislativo sobre a reoneração.

**Seg 04/02**

Sessão do Congresso marca início do ano legislativo, às 15h. No decorrer da semana, Câmara e Senado devem reunir as lideranças partidárias para definir a pauta de votação da semana.

**Ter 05/02**

BC divulga Boletim Focus as 8h30; e atualiza série histórica às 9h.

Divulgação ata do Copom.

Deve ocorrer reunião de líderes da Câmara.

Sessão deliberativa do Senado às 14h

**Perse:** Haddad deve se reunir no final do dia, com autor do projeto de lei que criou o programa e as relatoras na Câmara e no Senado.

**Qua 06/02**

Sessão deliberativa do Senado às 14h.

Frentes Parlamentares devem realizar ato no Congresso contra a MP da Reoneração.

**Qui 07/02**

Sessão deliberativa do Senado às 14h.

**Sex 08/02**

Disclaimer.

Este relatório de análise foi elaborado pela Warren Investimentos de acordo com todas as exigências previstas na Resolução CVM 20/2021, tem como objetivo fornecer informações que possam auxiliar o investidor a tomar sua própria decisão de investimento, não constituindo qualquer tipo de oferta ou solicitação de compra e/ou venda de qualquer produto.

As informações contidas neste relatório são consideradas válidas na data de sua divulgação e foram obtidas de fontes públicas. A Warren Investimentos não se responsabiliza por qualquer decisão tomada pelo cliente com base no presente relatório.

Este relatório foi elaborado considerando a classificação de risco dos produtos de modo a gerar resultados de alocação para cada perfil de investidor.

O(s) signatário(s) deste relatório declara(m) que as recomendações refletem única e exclusivamente suas análises e opiniões pessoais, que foram produzidas de forma independente, inclusive em relação à Warren Investimentos e que estão sujeitas a modificações sem aviso prévio em decorrência de alterações nas condições de mercado, e que sua(s) remuneração(es) é(são) indiretamente influenciada por receitas provenientes dos negócios e operações financeiras realizadas pela Warren Investimentos.